

Relações interétnicas: indígenas, cidade e escola urbana

Patrícia Dias¹

Josélia Gomes Neves²

Armelinda Borges da Silva³

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo discutir a temática migração indígena para cidade bem como as repercussões causadas pela sua presença neste espaço, principalmente no contexto escolar urbano. Evidenciou que devido aos conflituosos processos de colonização, em especial na Amazônia, grande parte das populações indígenas foi dispersada ou dizimada no decorrer da história e, hoje, com a aproximação entre aldeia e cidade, a procura por trabalho, educação ou melhoria de vida em função dos movimentos indígenas e a procura pela escola urbana são motivos que levam índios de diversas etnias a vir morar na área urbana. Outro fato presente também neste estudo é que nem sempre esta escola que o indígena vem buscar por acreditar ser de melhor qualidade, atende as suas expectativas, o que sugere possíveis demandas para o aprofundamento da educação intercultural no processo escolar.

Palavras Chave: Povos Indígenas Urbanos. Escolas Públicas. Educação Intercultural.

1 Introdução

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontou em seu último censo um crescente número de indígenas de diversas etnias que estão deixando suas aldeias e vindo morar nas cidades em todo o Brasil. Diante desses fatos nosso objetivo com este trabalho é de procurar entender as razões desta migração no estado de Rondônia e investigar como ocorrem as relações entre índios e não índios dentro do espaço escolar urbano.

A escolha na elaboração de um trabalho que levasse em conta os índios urbanos no contexto da Amazônia e suas repercussões dentro da escola urbana ocorreu em função da trajetória de estudos já realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia – GPEA da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ji-Paraná-RO, através do Projeto de Pesquisa: *Lápis, caderno, flecha e preconceito: feições da violência institucional com crianças indígenas em escolas públicas urbanas*

¹ Formada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Membro do Grupo de Pesquisa na Amazônia – GPEA.

² Doutora em Educação Escolar. Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ji-Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação da Amazônia (GPEA) joselia.neves@pq.cnpq.br; joseliagomesneves@gmail.com.

³ Formada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Membro do Grupo de Pesquisa na Amazônia – GPEA.

de Rondônia⁴, que na ocasião tratou de analisar possíveis situações de violência provocada pela presença indígena no ambiente escolar.

Vale ressaltar também que a última parte deste trabalho, no que diz respeito a pesquisa de campo é um recorte do trabalho monográfico intitulado *Índios urbanos: razões da migração e repercussões das etnias Arara, Gavião e Zoró nas escolas públicas da cidade de Ji-Paraná-RO*, desenvolvido por Patrícia Dias. O texto ora apresentado está subdividido em três partes: Na primeira apresentaremos uma breve discussão a respeito dos processos de migração indígena para cidade no estado de Rondônia bem como as repercussões deste indígena no espaço urbano. Na segunda parte abordaremos alguns trabalhos acadêmicos recentes que vem a contribuir com a discussão da temática e na terceira parte apresentaremos as entrevistas realizadas com pais de alunos indígenas de escolas urbanas de Ji-Paraná/RO.

2 Indígenas em contexto urbano em Rondônia

Historicamente o estado de Rondônia passou por algumas tentativas de colonização, mas foi por volta de 1970 que se concretizou este processo. Neste período houve um aumento significativo na ocupação de terra nesta região que conseqüentemente levou a um desmatamento muito rápido, em decorrência dos programas oficiais do governo militar que estimulava a ocupação da Amazônia. Programas como o PIN (Programa de Integração Nacional), os PCI (Projeto de Colonização Integrada) e a abertura da rodovia 29, hoje atual BR 364, contribuíram para o auge deste processo de colonização (MILLIKAN, 1999).

Sabemos que devido os processos de ocupação das terras nos últimos anos no estado de Rondônia houve “[...] um tenso processo de colonização que historicamente promoveu a expulsão dos índios de seus territórios tradicionais, drástica redução populacional e em alguns casos, até mesmo a extinção de etnias [...]” (NEVES, 2013b, p. 02). Decorrente desta situação observa-se uma maior circulação entre aldeias e

⁴ Projeto de Iniciação Científica que foi proposto e desenvolvido pelo GPEA/UNIR de 2011 – 2013. Estudou o processo de violência institucional que acontece nas escolas urbanas de Rondônia, numa perspectiva dos familiares e das crianças indígenas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais). Buscou saber de seus professores/as e gestores/as os meios que a escola utiliza a fim de minimizar os problemas encontrados.

cidade, ampliando gradativamente na atualidade, a presença de indígenas que deixam suas aldeias para vir morar na cidade.

Atualmente no estado de Rondônia, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, um total de 13.076 (treze mil e setenta e seis) se autodeclararam indígena sendo que 9.217 (nove mil e duzentos e dezessete) vivem em aldeias indígenas e 3.859 (três mil, oitocentos e cinquenta e nove) migraram para diversas cidades do referido estado.

Ji-Paraná, é o segundo maior município do estado de Rondônia, apresenta uma população indígena correspondente a 1.130 (um mil, cento e trinta) pessoas, sendo que destas 205 (duzentos e cinco) estão morando na área urbana (BRASIL, IBGE, 2010). Estudos recentes evidenciam que a vinda dos índios para os centros urbanos estão relacionados a diversos motivos, dentre esses podemos destacar a busca de uma vida melhor, a procura por emprego, a atuação nos movimentos sociais indígenas e para estudar, sendo esses os principais motivos por estarem morando na área urbana (DIAS, 2013).

Neste contexto a presença dos índios na cidade geralmente tem sido entendida como perda da cultura ou da tradição, isso porque no imaginário social de alguns não indígenas, a identidade é algo estático que não sofre mudanças ou alterações. No entanto, “[...] todas as culturas humanas resultam de processos de hibridação, já que a própria noção de cultura deve ser considerada um sistema dinâmico [...]” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 1). A ideia genérica de que uma pessoa para ser considerada indígena deve essencialmente morar na floresta, na Terra Indígena, constitui um empecilho à liberdade e aos direitos de ir e vir destes grupos étnicos, impactando principalmente o seu reconhecimento como povos indígenas.

Para José Both (2009), os indígenas que se veem nos jornais, muitas vezes são considerados “vítimas ou heróis da sociedade”, pois agora tem o direito de estudar e conhecer seus direitos. “Formou-se uma nova imagem que dissipou muitos preconceitos, especialmente o de que os índios eram atrasados, selvagens e que não possuíam cultura [...]” (p. 28). Para o autor esse processo ocorre graças ao grande fluxo migratório que ocorreu nos últimos anos em todo o país, onde: “Na medida em que a fronteira econômica avança integrando novas áreas, os grupos indígenas eram deslocados compulsoriamente dos espaços que ocupavam tradicionalmente [...]” (2009, p. 40).

As diferentes percepções do indígena no contexto urbano por parte de não indígenas levam constantemente a negação de sua etnicidade, na medida em que possuem uma ideia cristalizada do que é ser índio, uma vez que: “[...] A palavra índio evoca imediatamente à imagem de homem que possui olho puxado, cabelo liso, corpos pintados – pele avermelhada-, anda nu, fala outra língua e vive na mata, portanto é inconcebível pensar em um índio morando na cidade”. (OLIVEIRA, ET alii, 1996, p.2). Assim, nesta perspectiva a presença indígena no contexto urbano gera incompreensões distanciadas da sua condição atual, evidenciando que:

O não reconhecimento da população indígena [...] decorre do entendimento que perpassa o senso comum de que “na cidade, índio mesmo não tem, é tudo índio manso, domesticado”. Essa visão, [...] decorre da concepção de que a presença do índio na cidade só é possível a partir de uma completa transformação, que pressupõe a ruptura incondicional com o preexistente configurado com o abandono do lugar. Desligar-se do lugar não significa apenas o afastamento de uma dimensão espacial, representa também o abandono do universo sócio-cultural, e portanto, de sua identidade. Essa postura exerce sobre os indígenas uma pressão ideológica de desvalorização (OLIVEIRA et al, 1996, p. 2).

Neste sentido, para muitos, a questão da identidade do índio urbano passa a ser algo conflituoso, de negação, no entanto Hall (2002, p. 50) afirma que “[...] as várias concepções de sujeito construído e assumido ao longo do processo histórico é o que determinam as identidades, não é uma identidade natural, geneticamente herdada, ela é construída”. Por isso o processo cultural de sujeito esta sempre em formação ou reformulação.

Porém de quem estamos falando quando abordamos o termo índio urbano? Laraia (2004) define os índios urbanos como sendo:

Aqueles grupos que, além de manterem contato permanente com a sociedade nacional, participam ativamente do sistema econômico e político da mesma; adotam muitos costumes; substituem uma parte considerável de sua tecnologia tradicional, utilizando-se de instrumentos modernos; mas mantêm vivas as suas tradições cruciais e insistem na manutenção de sua identidade étnica. (LARAIA, 2004, p. 263).

Portanto, o índio urbano pode ser definido como aquele que mesmo vivendo em meio à grande maioria não indígena o que faz com que tenha uma convivência com a sociedade nacional, ainda sim mantém contato com o seu povo, sua cultura e luta para garantir o seu reconhecimento através de sua identidade étnica (OLIVEIRA, 2009).

Sendo assim, a presença dos índios na cidade, representa um dos traços da atualidade indígena brasileira, provocando tensões de um passado pouco discutido e reparado, com explícitas evidências de desprestígio e a contabilização de prejuízos às diferenças e, mais especificamente aos Povos Indígenas onde muitas vezes são desrespeitados ou desconsiderados em sua condição étnica por vir morar na área urbana.

3 Estudantes indígenas em escolas urbanas

A presença indígena no espaço urbano tem provocado muitas discussões em relação a esta temática nos últimos tempos, principalmente quando relacionamos este fato com as repercussões provocadas por estes migrantes dentro do espaço escolar urbano, uma vez que sabemos que as relações entre as diferenças nem sempre ocorrem de forma pacífica. A fim de contextualizar a respeito do tema apresentaremos agora alguns trabalhos acadêmicos como: Artigos, dissertações e teses que retratam as experiências de escolas públicas urbanas que atendem ao público indígena de diferentes etnias nos estados de Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No estado de Rondônia podemos destacar uma significativa produção de conhecimento recente relativo às repercussões causada pela presença indígena nas escolas urbanas, de maneira especial na cidade de Ji-Paraná. Neste sentido, no trabalho *Povos Indígenas em escolas urbanas da Amazônia: a reedição do contato?* Neves (2013 b) trouxe como principal objetivo a análise das repercussões acerca da presença de estudantes indígenas em escolas urbanas na Amazônia. A pesquisa foi desenvolvida de novembro de 2011 a dezembro de 2013, a partir da colaboração de 03 escolas públicas, 03 estudantes indígenas das etnias Arara e Gavião, 03 docentes, 03 diretoras e 05 familiares. Neste estudo fica evidente “[...] que a presença indígena na escola não é tranquila, há conflitos, desentendimentos e reclamações diretamente relacionadas a condição étnica[...]” (NEVES, 2013b, p. 1).

Dias (2013) na oportunidade pesquisou se preocupou com os motivos que tem provocado a migração dos indígenas da etnia Arara, Gavião e Zoró para a cidade de Ji-Paraná e as repercussões provocadas pela sua presença no ambiente escolar na referida cidade.

Na dissertação de mestrado intitulada *Expressões identitárias no espaço escolar: um estudo com estudantes indígenas de escolas públicas urbanas de Ji-Paraná, Rondônia*, Santos (2014) discute a atual situação de estudantes indígenas do povo Arara e Gavião no contexto de escolas públicas urbanas do referido município, onde através da pesquisa de campo fica evidente as expressões identitárias que possibilitam ser entendidas como possíveis situações de omissão e ou afirmação do pertencimento étnico no contexto de duas escolas pesquisadas.

Dentre outros trabalhos também que tem contribuído muito com as discussões em torno do tema índios em contexto urbano e as repercussões na escola na cidade, bem como os processos migratório destes povos nos últimos anos, podemos destacar no estado do Mato Grosso os estudos de Both (2006; 2009) e Rezende (2003; 2009).

Rezende (2009) aponta que o ambiente escolar para os estudantes indígenas constitui um cenário de múltiplas violações de direito: as crianças não se sentem a vontade para falar em sua língua materna, o material didático, o currículo não representa seu universo, exceto na antiga visão caricaturesca, elementos que indicam manifestação de violência institucional escolar. A esse respeito o autor afirma:

Quando os “diferentes” chegam à escola, ficam deslocados, não conseguem compreender a linguagem que se usa para lhes ensinar. O objeto de estudo também não lhes diz respeito, está distante de seu mundo. Se não compreendem a linguagem, e se o objeto de estudos não faz parte de suas experiências de vida, a escola se torna um lugar estranho, onde não é possível sentir-se bem, nem à vontade. É como se a escola fosse um circo, aonde as pessoas chegam, ocupam uma poltrona, assistem a um espetáculo, e, ao saírem de lá, vão viver suas vidas que nada têm em comum com o espetáculo apresentado e que, portanto, quase nada se aproveita para os desafios do dia a dia (p. 87).

O que fica evidente aqui é que a organização de um espaço que seja destinado a produzir reflexões sérias e sistematizadas quando o assunto se refere ao respeito do outro na construção deste outro como sendo também o sujeito que participa do meio ao qual está inserido, nem sempre são possíveis. Poder-se-ia dizer que a escola é o ambiente destinado a esta produção. No entanto, a instituição de ensino, atualmente sente dificuldade em direcionar o processo de ensino e aprendizagem para ação voltada a criticidade, ao construtivo, interativo, e a autonomia na construção dos sujeitos neste processo.

Both (2006) discute a vinda dos indígenas da aldeia para a cidade, bem como apresenta a função da escola urbana na vida desses estudantes, onde “a escola na vida do estudante índio tem um papel político, ela em si é um local de contradições e de aprendizagens. Nela atuam forças que pode ser mobilizadas para alterar dentro das limitações da escola, dar contribuição à mudança. [...]” (p. 01). O autor lembra também que esta escola não atende somente os filhos de pessoas de classes dominantes, nesta instituição os índios vão encontrar também outros sujeitos que são igualmente invisíveis, perante aos fatos do dia a dia.

No estado do Mato Grosso do Sul temos a pesquisa de Marcela Silva (2013) intitulado *Presença de crianças indígenas em escolas municipais não indígenas de Dourados-MS: a educação na perspectiva intercultural*, propondo a partir desse estudo algumas alternativas para uma melhor amplitude na educação intercultural em escolas urbanas da referida cidade. Também Vanderléia Mussi (2011) discute essa temática através do texto *Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras*.

Em Amazonas: *experimentando a diferença - trajetórias de jovens indígenas Tikuna em escolas de ensino médio das cidades da região do alto Solimões, Amazonas* é a contribuição de Mariana Paladino (2010) para com o referido tema. Mubarak Sobrinho (2010) com seu trabalho *Vozes Infantis: as culturas das crianças Saterê Mawé como elementos de desencontros com as culturas das escolas* muito tem contribuído para o entendimento sobre a cultura na perspectiva da infância indígena.

Esses são alguns dos trabalhos acadêmicos que vem apoiando as discussões em torno desta temática. Além destes estudos, expandimos também nosso referencial teórico com leituras a partir das contribuições de Hall (2002), Bauman (2005); Bhabha (1998), Fleuri (2003); Candau (2003) e Patriota (2011), que também contribuem para o melhor entendimento a respeito dos conceitos de cultura, diversidade, interculturalidade e identidade.

4 Escola urbana na visão dos Arara, Gavião e Zoró

Neste trabalho optamos pela abordagem qualitativa que segundo Minayo (2010, p. 16) começa “[...] por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma

dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais”. Desta maneira, trabalhamos com os povos indígenas que vivem na cidade de Ji-Paraná e as repercussões de sua presença na escola urbana, com objetivo de sanar dúvidas a esse respeito bem coletar dados a fim de melhor compreender estes fatos.

Foram coletadas entrevistas com pais de alunos indígenas que moram na cidade de Ji-Paraná/RO, as mesmas foram transcritas e posteriormente analisadas. Utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada (MINAYO, 2010) que possibilita uma flexibilidade maior de expressão ao entrevistado garantindo que eles falem sobre o assunto de maneira espontânea, pois acreditamos fluir melhor a entrevista nesta perspectiva do que através de questionários elaborados. Neste texto não apresentaremos o primeiro nome dos entrevistados, somente os sobrenomes.

A partir de agora apresentaremos as falas de alguns colaboradores desta pesquisa no que diz respeito a escolha da escola urbana para matricular seus filhos, bem como as observações apontadas pelos participantes a respeito do tipo de educação ofertada por esta instituição. Esta primeira entrevista foi coletada com um pai de aluno indígena da etnia Gavião, morador da cidade de Ji-Paraná há mais de 20 anos, hoje se dedica aos movimentos sociais indígenas, representando seu povo perante esses movimentos, reivindicando melhoria para os mesmos. Nesta entrevista o pai foi questionado a respeito dos motivos de optar pela escola urbana.

[...] Meu filho ele não estuda na aldeia porque a mãe dele não é indígena e ela é que cuida do menino e como ele nasceu aqui na cidade ele só vai à aldeia visitar os parentes. Se eu pudesse escolher a escola para meu filho estudar escolheria a escola da aldeia porque lá você tem dois conceitos para aprender que é a língua materna que é a língua indígena e o português, então lá você tem dois conceitos, e aí com essas duas línguas você começa a não só estudar um termo mais estuda outros conceitos também. [...].

Observa-se que na cidade de Ji-Paraná há diversos casos como esses, filhos entre indígenas e não indígenas onde mesmo assim eles fazem questão que seus filhos aprendam seus costumes, suas tradições, a cultura de seu povo, ficando clara a intenção deste pai o desejo de que seu filho possa estudar na aldeia, com principal objetivo de aprender a língua materna que é uma das características mais marcante das populações tradicionais.

A próxima fala diz respeito ao membro da etnia Zoró, pai de quatro filhos, todos estudantes da escola pública urbana, casado com uma mulher não indígena, mora nesta cidade há 18 anos, aponta como principal motivo a residência na área urbana o casamento e a procura de uma escola de qualidade para seus filhos:

[...] Meus filhos estudam aqui na escola pública e eu gosto do estudo daqui, eles não estão estudando na aldeia porque lá quase não aprende e aqui aprende mais coisa. É que a escola de lá é assim funciona de 15 em 15 dias, e, mas tem outra escola que é pequena e faz os estudos direto lá também, mas eu não gostei. Com a escola da cidade eu estou mais satisfeito e claro precisa melhorar algumas coisas como os professores tem que ser mais preparados, não que não sejam preparados, mas não é suficiente. [...].

Neste caso que se pode observar e que o pai vê na escola urbana maiores possibilidades para seus filhos, tanto que a escolheu, e mesmo tendo plena consciência ainda precisa ocorrer algumas melhorias a inda a vê como a melhor opção. Para Both (2009), os indígenas na cidade “[...] buscam a escola como um caminho, como uma estratégia que lhes assegurem cidadania plena.” (p. 29). Neste sentido a escola é vista como uma oportunidade de reivindicar melhorias para suas vidas e na implementação de políticas públicas e sociais, bem como um instrumento de luta, resistência e persistência ao pertencimento étnico e cultural. Como e o caso também da fala da próxima colaboradora.

Aqui entrevistamos uma mulher da etnia Arara, que veio para cidade para concluir o ensino médio, uma vez que na sua aldeia a escola indígena só oferece até 9º ano do ensino fundamental. Mora na área urbana há 02 (dois) anos e trouxe consigo alguns sobrinhos e sobrinhas, 08(oito) no total para cursarem o ensino fundamental. Quando questionada sobre as razões que levaram a trazer seus sobrinhos para estudar aqui, nos responde:

[...] é porque que lá eles não aprendi que nem ta aprendendo aqui. Meus sobrinhos mesmo o Ryan, o Geovane não sabia nada, ninguém sabia. O Ryan tinha 11 anos quando ele veio pra cá não sabia nem ler, nem o ABCD, nem sabia nada ai parece que ele aprendeu mais aqui e assim também os professores saem muito pra fazer curso ai fica parado, os professor aqui eles sai vem outro fica no lugar por isso que a gente veio estudar aqui. E assim também eu quero que eles se formem pra ser alguma coisa, pra ajudar o povo dele, e eu quero o meu sonho é que todos os sobrinhos possam se formar.

Aqui, além considerar a escola da cidade melhor que a da aldeia, a afirmação da colaboradora quando diz que gostaria que seus sobrinhos se formassem em alguma

coisa para ajudar seu povo vem ao encontro das características dos índios urbanos (OLIVEIRA, 2009) que é de viver em meio a maioria não indígena, manter contato com seu povo, sua aldeia e lutar para o reconhecimento de sua cultura e sua identidade. Sendo assim podemos perceber que os colaboradores e colaboradoras da pesquisa mesmo matriculando seus filhos e filhas na escola da cidade, tem a consciência da importância que estes alunos tenham conhecimento acerca da sua origem sendo orientados a estudar com objetivo de ajudar e defender seus povos.

Neste sentido Rezende (2009) afirma que a escola que temos hoje muitas vezes “[...] não assume intensamente posturas que possam envolver ações e acarretar mudanças positivas no que se refere à verdadeira democratização da escola. [...]” (p. 88). Assim nem sempre os indígenas que procuram esta escola por considerá-la de boa qualidade, têm suas expectativas atendidas, por muitas vezes esta instituição não esta preparada para lidar com as diferenças, e na tentativa de igualar, acabar por excluir pessoas.

Vejamos agora outro relato de um pai de crianças indígenas da etnia Gavião, uma pessoa muito respeitada junto ao movimento indígena e indigenista. Atua junto à Comissão Nacional da Política Indigenista – CNPI, além de representar na Secretaria do Meio Ambiente deste município as duas etnias da Terra Indígena Igarapé Lourdes, Arara e Gavião, há 08 (oito) anos mora com a família em Ji-Paraná, é casado também com uma mulher não indígena. Ao ser questionado a respeito da qualidade da escola urbana, ele relata que:

[...] Com escola da cidade estou apenas uma parte satisfeito com ela, [...] muitas vezes a gente ficar se perguntando, qual o papel da escola da cidade? E, qual é o papel do professor? Claro que o modo de viver do branco é totalmente diferente do que a vida da aldeia do índio, que tem uma cultura diferente, costumes e a gente sabe muito bem que dentro da escola do branco a educação é oferecida para os índio que estão na sala de aula como se fosse um cidadão da cidade. Vamos dizer assim, dentro da escola do branco, da cidade, claro que não tem, dentro da grade curricular da escola do branco, ela não garante nada é a como eu posso dizer..., não garante nada a respeito do estudo sobre a cultura indígena, a origem na comunidade, daquele indígena que esta na sala de aula da cidade [...].

De acordo com esta fala, o pai deixa claro que o índio hoje quando se insere na escola urbana é tratado da mesma forma que os estudantes que sempre estudaram naquela escola, ressaltando que os indígenas não se sentem parte desta escola uma vez que as representações até mesmo dos livros didáticos prezam pela cultura ocidental

como modelo exclusivo, a escola por muitas vezes relata que estes alunos apresentam um pouco de dificuldade na aprendizagem, mas muitas delas também desconhecem que em algumas situações o que é traduzido como dificuldade é a barreira linguística, por exemplo. A partir do momento em que esse aluno vem para escola urbana sabe-se que a mesma procura tratá-lo com “igualdade”, no entanto sabemos que a “igualdade” em uma sociedade mista não surge efeito uma vez que todos têm os mesmos direitos e deveres, porém devem ser reconhecidas as suas peculiaridades (CANDAUI, 2003).

Outro fato marcante nesta narrativa foi quando afirma que a escola da cidade é preparada apenas para sociedade não indígena e quando o índio vem para a “[...] escola do branco a educação é oferecida para os índios que estão na sala de aula como se fosse um cidadão da cidade [...]”. Fica claro que desta maneira fica difícil ocorrer uma educação intercultural, pois, a cultura do indígena dentro desta escola urbana, por muitas vezes passa a não existir. Neste sentido Rezende (2009) afirma que o papel da escola é garantir que os processos de interculturalidade passem a acontecer:

A escola tem uma grande responsabilidade e deve mediar o processo de normalização das relações indígenas/não indígenas. Por ser detentora do conhecimento, deveria adotar postura não discriminatória e respeitadora. Entretanto, ainda não é o que acontece (REZENDE, 2009, p. 90).

Observa-se que nesta entrevista o colaborador nos leva a refletir sobre a necessidade de um espaço para discutir, dentro da escola urbana, assuntos referentes à cultura e as tradições indígenas, incentivando - os a expressar a sua cultura no ambiente desta instituição para que realmente pudéssemos garantir uma formação intercultural. Porém o que se tem observado em estudos⁵ recentes relacionados ao tema, é que a escola vem fazendo declaração sobre os indígenas da seguinte maneira: “São bons alunos porque ficam quietinhos, na sala de aula são exemplos de alunos porque não fazem pergunta, ficam quietos, não fazem bagunça”. Afirmativas desta natureza nos levam a pensar que nem sempre o aluno que está quieto significa estudante que está aprendendo.

Como política pública que garanta o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas urbanas, podemos contar hoje com a Lei 11.645/2008, que em seu artigo 26-A garante que:

⁵Cf. Relatório Final do PIBIC – 2011-2012. Priscila Nascimento Araújo; Josélia Gomes.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira” (BRASIL, 2008).

Para Neves (2013a) a Lei 11.645/2008 “[...] aponta para a articulação entre legislação, currículo, educação diferenciada, políticas públicas e cidadania”, onde:

[...] Constitui uma nova forma de tratamento dada a política educacional na medida em que estabelece os conteúdos que devem ser trabalhados na escola relacionados à educação numa perspectiva intercultural com possíveis benefícios para a revisão da imagem dos Povos Indígenas no contexto brasileiro, através das contribuições da escola (NEVES, 2013a, p. 1).

A referida autora afirma ainda que a lei citada emana “[...] de muitas influências de cunho teórico que contribuíram para o seu surgimento, dentre as quais citamos: as Teorias Pós-Críticas do Currículo [...]” (p. 1) que surgiram a partir de pensadores pós modernistas que na ocasião vieram a problematizar sobre “[...] os padrões da modernidade, representadas pelos termos – branco, masculino, heterossexual e cristão, possibilitando visibilidade às diversidades étnicas, raciais, femininas, sexuais e religiosas” (p. 1).

Portanto, podemos ressaltar que a lei em vigor é a esperança para que possamos garantir um currículo intercultural para sociedade brasileira não só para os indígenas, mas também para outros menos favorecidos historicamente. E a partir do momento que as escolas entenderem o real objetivo da 11.645/2008, com certeza um currículo que atenta as especificidades das “minorias” ocorrerá.

Considerações finais

Diante da reflexão aqui apresentada, fica evidente que a migração indígena para cidade é um fato que vem ocorrendo cada vez com mais frequência em função de vários fatores, dentre os quais a necessidade de atuação no movimento indígena, da busca de

educação e de melhoria de vida. Significa que as políticas públicas não estão presentes nas aldeias, daí as constantes demandas para o movimento indígena. E aquelas políticas que chegam precisam ser aprimoradas, como a da educação escolar diferenciada, pois a saída em busca do modelo escolar urbano sugere uma dura crítica a experiência diferenciada – por um lado negada ainda pelo estado brasileiro na medida em que funciona de forma extremamente precária, muito distante da legislação pertinente e por outra, incompreendida e questionada por alguns familiares indígenas que em alguns casos entendem diferenciado como algo menor, inferior.

Um dos casos interessantes desta pesquisa é o fato de alguns pais/responsáveis por estas crianças procurar por esta instituição, por acreditar que a mesma lhes oferece melhores oportunidades através de professores mais bem capacitados, uma educação de melhor “qualidade”.

Por outro lado fica evidente também na fala de alguns autores e autoras, que contribuem para a discussão da temática neste trabalho, que nem sempre a escola urbana está preparada para lidar com situações em torno das diferenças e que por muitas vezes na ânsia de equilibrar a situação, acaba caindo na tentação de igualar os sujeitos o que acarreta em muitos casos na própria exclusão dos mesmos. Sendo assim, concluímos que há uma extrema necessidade de implantação da Lei 11.645/2008 nas escolas bem como de cursos de formação para professores e equipes gestoras destas instituições para melhor atender a essa demanda na perspectiva intercultural.

Inferimos que a presença indígena na cidade e na escola urbana provoca uma série de tensionamentos que evidenciam gestos em múltiplas direções: ora explicitam discriminações de caráter étnico, ora sugerem desconhecimentos e dificuldades de lidar com este “outro”, no entanto, estas relações podem favorecer em nosso entendimento, aprendizagens significativas construídas a partir de experiências singulares que apontam para uma interculturalidade efetivamente vivenciada por meio de olhares, falares e aproximações no jogo da alteridade.

Interethnic relations: indigenous, city and urban school

Abstract

This paper aims to discuss the theme indigenous migration to the city and the impact caused by their presence in this space, especially in urban school context. Showed that due to conflicting processes of colonization, especially in the Amazon, most of the indigenous population was decimated or dispersed throughout history and today, with the rapprochement between village and city, the search for work, education or improvement of life in function of indigenous movements and the demand for urban school are reasons why Indians of various ethnic groups to come and live in the urban area. Another fact also present in this study is that not always this school that indigenous coming for believing be of better quality meets your expectations, suggesting possible demands for the further development of intercultural education in the school process.

Keywords: Urban Indigenous Peoples. Public Schools. Intercultural Education.

Relaciones interétnicas: indígena, ciudad y escuela urbana

Resumen

Este documento tiene como objetivo discutir el tema de la migración indígena a la ciudad y el impacto causado por su presencia en este espacio, sobre todo en el contexto escolar urbano. Mostró que debido a conflictivos procesos de colonización, especialmente en la Amazonia, la mayoría de la población indígena fue diezmada o dispersa en toda la historia y en la actualidad, con el acercamiento entre pueblo y ciudad, la búsqueda de trabajo, la educación o la mejora de la vida en función de los movimientos indígenas y la demanda de la escuela urbana son razones por las que indios de diversos grupos étnicos a venir y vivir en el área urbana. Otro hecho también presente en este estudio es que no siempre esta escuela que indígenas que tienen por creer ser de mejor calidad cumple con sus expectativas, lo que sugiere posibles demandas de un mayor desarrollo de la educación intercultural en el proceso escolar.

Palabras clave: Pueblos indígenas urbanos. Escuelas Públicas. Educación Intercultural.

Referências

BARTOLOMÉ, M. Alberto. **As Etnogêneses:** Velhos atores e novos e papéis no cenário cultural e político. *Mana*, 39 – 68, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Trad. MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOTH, Sergio J. **Da aldeia a cidade:** o cotidiano de estudantes paresi em escolas urbanas de Tangará da Serra/MT. (Dissertação de Mestrado de Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

BRASIL. IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat> Acesso em 13/06/2012.

_____. **Lei nº 11.645/2008.** Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/06/2013.

CANDAU, Vera M. **Educação intercultural no contexto brasileiro: questões e desafios.** In: Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, dois. 2000, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.1 CD-ROM.

DIAS, Patrícia. **Índios urbanos: razões da migração e repercussões das etnias Arara, Gavião e Zoró nas escolas públicas da cidade de Ji-Paraná-ro.** Monografia (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná,RO, Setembro de 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. (org.). MILLIKAN, Brent. **A experiência contemporânea da fronteira agrícola e o desmatamento em Rondônia** (in). Desmatamento e modos de vida na Amazônia, São Paulo, 1999.

FLEURI, Reinaldo M. **Intercultura e Educação.** Revista Brasileira de Educação, nº 23, maio/ago, p. 16-35, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico.** 17.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora. 2004.

MINAYO, Maria C. S(org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2010.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras.** História Unisinos 15(2):206-215, Maio/Agosto 2011.

NEVES, Josélia Gomes. **Currículo Intercultural: o processo de aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia.** Revista Partes, São Paulo, maio de 2013a. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao> Acesso em: 15. 07.2013

_____. **Povos Indígenas em escolas urbanas da Amazônia: a reedição do contato?** Revista Partes, São Paulo, novembro 2013b. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/povosindigenas.pdf> Acesso: 20.08.2014.

OLIVEIRA, G. Muller de. **Índios urbanos no Brasil.** Considerações demográficas, educacionais e político-lingüísticas. Outubro de 2009. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=510>>Acesso dia 27 de março de 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos.** Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

PALADINO, Mariana. **Experimentando a diferença** - trajetórias de jovens indígenas Tikuna em escolas de ensino médio das cidades da região do alto Solimões, Amazonas. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.160-181, Jan/Jun 2010.

PATRIOTA, Lúcia M. **Cultura, identidade cultural e globalização**. Qualit@a - Revista Eletrônica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UEPB 001 (2002) . Disponível em <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/8/1>>, acesso em 01/08/2011.

REZENDE, Gerson Carlos. **A relação entre indígenas e não-indígenas em escolas urbanas**: um estudo de caso na cidade de Campinápolis – MT. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá – MT. 2003.

_____. **Fronteira Cultural**: A relação indígenas e não – indígenas na zona urbana. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SANTOS, Vanúbia Sampaio dos. **Expressões identitárias no espaço escolar**: um estudo com crianças indígenas de escolas públicas urbanas de Ji-Paraná, Rondônia. (Dissertação de Mestrado de Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2014.

SECCHI, Darci. MENDOÇA, Terezinha Furtado. (orgs). BOTH, Sergio José. **Da aldeia à cidade**: estudantes indígenas em escolas urbanas. Cuiabá. EdUFMT, v. 09. 2009.

SILVA, Marcela Guarido da. **Presença de crianças indígenas em escolas municipais não indígenas de Dourados-MS**: a educação na perspectiva intercultural. (Dissertação de Mestrado em Educação). Dourados, MS: UFGD, 2013.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak. **Vozes Infantis**: as culturas das crianças Saterê Mawé como elementos de desencontros com as culturas das escolas. Tese de doutoramento. UFSC. 2009.

Recebido em Outubro de 2014.
Aprovado em Novembro de 2014.